

# Reforma administrativa abrange Executivo, Legislativo e Judiciário de estados, União e municípios

(Foto: Reprodução) – Texto não vale para magistrados, promotores e parlamentares, que são membros de poder e seguem normas diferentes. Militares também estão de fora, por formarem uma carreira distinta da dos demais servidores.

A proposta de reforma administrativa, enviada pelo governo ao Congresso nesta quinta-feira (3), abrange futuros servidores públicos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, estados e municípios. Não afetará os servidores da ativa.

O texto não vale para parlamentares, magistrados e promotores. De acordo com o governo, esses são membros de poderes e têm regras diferentes dos servidores comuns. A reforma também não valerá para militares, que também seguem normas distintas.

Os detalhes da reforma foram apresentados em entrevista coletiva no Ministério da Economia.

“No Judiciário, os membros do poder são os que integram a magistratura, juízes, desembargadores, ministros dos tribunais superiores. No Ministério Público, são os promotores, procuradores. No Legislativo, são os parlamentares. Esses são membros do poder que são regidos por estatuto próprio. O que estamos apresentando na PEC é o que é aplicado a servidores dos poderes executivos, legislativos, judiciário da União, estados e municípios”, afirmou o secretário-adjunto de Desburocratização do Ministério da Economia, Gleisson Rubin.

Ele afirmou que o texto não se aplicará a membros de outros

poderes porque as regras, nesses casos, não podem ser definidas pelo governo federal.

“Não se estende aos membros de outros poderes, pois chefe do poder Executivo não pode propor normas de organizações de outros poderes. Magistrados, parlamentares, não estão no escopo da proposta que estamos trazendo aqui. Eventual inclusão deles depende de que cada poder faça uma proposta, ou que a nossa proposta seja ampliada. Essa é uma decisão do Congresso Nacional”, disse Rubin.

A reforma administrativa foi enviada ao Congresso em forma da proposta de emenda à Constituição (PEC). Para virar lei de fato, precisará ser aprovada em dois turnos de votação na Câmara e no Senado.

Dentro do governo, em especial na equipe econômica, a reforma é vista como uma medida essencial para modernizar a máquina pública e cortar gastos.

## **Outros pontos**

### **Fim da estabilidade**

Entre as mudanças propostas pelo governo, via reforma administrativa, está o fim da estabilidade para parte dos novos servidores do Executivo federal.

“A estabilidade dos servidores que já ingressaram no serviço público continua nos mesmos termos da Constituição atual. Os vencimentos dos servidores atuais não serão reduzidos”, informou o governo.

### **Maior poder para o presidente extinguir cargos e órgãos**

O texto propõe que presidente da República possa extinguir órgãos públicos via decreto. Atualmente, isso só pode ocorrer por meio da aprovação de um projeto de lei.

Pelas regras atuais, o presidente da República só pode

extinguir cargos vagos. Com as mudanças, ele também poderia:

Extinguir cargos (efetivos ou comissionados), funções e gratificações

Reorganizar autarquias e fundações

Transformar cargos, quando vagos, mantida a mesma natureza do vínculo

Reorganizar atribuições de cargos do Poder Executivo

‘Penduricalhos’

O texto também prevê o fim dos chamados “penduricalhos” para futuros servidores, que são benefícios como licença-prêmio e fim da aplicação de aposentadoria compulsória como punição por irregularidades. Na aposentadoria compulsória, o servidor deixa de trabalhar, mas continua recebendo salário.

### Mudanças legais

Depois de aprovada a PEC, porém, ainda há outros projetos de lei que também precisam ser aprovados para que as todas as regras entrem em vigor. Estão previstos projetos de lei para “gestão de desempenho”, para “consolidação de cargos, funções e gratificações”, para “diretrizes de carreiras”, para “modernização das formas de trabalho”, para “arranjos institucionais” e para “ajustes no Estatuto do Servidor”.

Por Alexandre Martello e Luiz Felipe Barbiéri, G1 – Brasília

**Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp (93) 98404 6835- (93) 98117 7649.**

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) -Site: [www.folhadoprogresso.com.br](http://www.folhadoprogresso.com.br) e -

mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail:  
adeciopiran.blog@gmail.com

<http://www.folhadoprogresso.com.br/12a-olimpiada-de-historia-e-sta-com-inscricoes-abertas-ate-7-de-setembro/>